

Covas diz que propostas refletem média do plenário

Arquivo — 19/06/86

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, acha que os relatórios votados nas comissões temáticas no último fim de semana expressam a média das opiniões e tendem a prevalecer no plenário. Ele abre apenas duas exceções: os substitutivos da Ordem Econômica e da Ordem Social. Para ele, a proposta da primeira comissão está aquém da posição predominante na Constituinte e a segunda foi além.

O discreto otimismo de Covas não é compartilhado, porém, por seus aliados na maioria das batalhas travadas até domingo passado. "Se predominar no final o que foi aprovado até agora, vamos ter uma Constituição mais atrasada que a dos militares", disse o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ). "Corremos o risco de ter uma Constituição que representará um retorno até em relação à Constituição de 1946", acha o líder e presidente nacional do PT, deputado Luís Ignácio da Silva, Lula.

Dois terços — Para o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), o que foi aprovado até agora, de um modo geral, é muito ruim. "Do ponto de vista econômico, é entreguista; do ponto de vista agrário, é pró-latifundiário; do ponto de vista político, é antidemocrático".

Contrastando com o pessimismo de Lula, Brandão e Lima, o líder do PFL, deputado José Lourenço, que colidiu com Covas em diversas comissões, não escondia a satisfação. "Está evidenciado o que sempre disse; o centro é a maioria da Constituinte e vai prevalecer nela". Ele previu que os moderados — representados

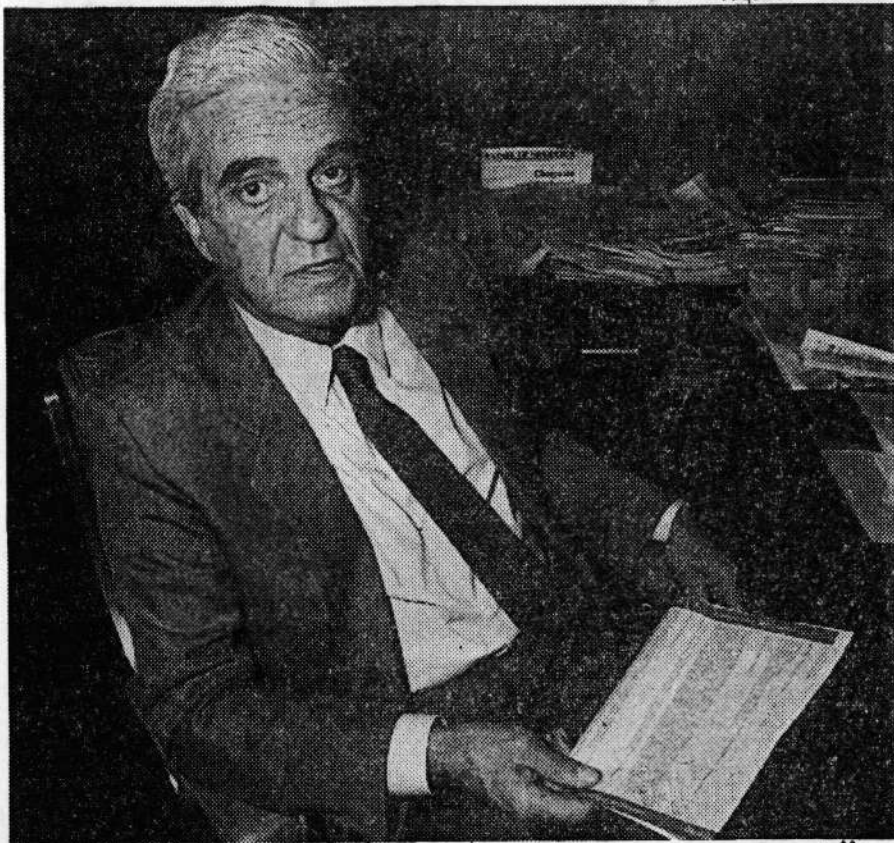
pela aliança de parte do PMDB com o PFL, o PDS, o PTB, o PL e o PDC — chegarão às votações finais com dois terços dos constituintes.

O deputado Roberto Freire, líder do PCB, avalia que até agora predominou a radicalização e acusou "os setores reacionários de buscarem deliberadamente o confronto para provocar, mais tarde, a instabilidade das instituições".

"Na Ordem Econômica, por exemplo, o grupo dos latifundiários manteve uma posição intransigente, enquanto os setores ligados ao empresariado urbano, como o Guilherme Afif Domingos e o Albano Franco queriam negociar mas tiveram de se submeter. Acabou que a UDR deu a tônica", disse Freire, que ainda está otimista. "É evidente que não há uma maioria progressista, mas é possível ter uma maioria democrática e não conservadora na Constituinte".

Primeiro "round" — Para o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), ninguém pode cantar vitória ainda dentro da Constituinte. "Isso aqui é uma luta de boxe em seis rounds, onde ninguém vence por nocautê e só o último round conta pontos. O que vai valer é o plenário". Amaral, que tem fama de ser radical, está preocupado agora com a possibilidade da radicalização acabar dando origem a uma Constituição aprovada por estreita maioria. "Se isso acontecer, será uma Constituição suspeita", disse.

Editorial
Equivoco Histórico



Amaral: "Nesta luta de boxe, ninguém vence por nocautê"

Cabral acha que há gente "brincando de fazer Constituição"

BELO HORIZONTE — O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse em Belo Horizonte, numa conferência para juizes e desembargadores, que "a Constituição não será ideal porque há constituintes que estão brincando de fazer Constituição". Cabral acha que a Carta deveria ter no máximo 200 artigos, contendo "apenas o essencial", sem contemplar "o exagero dos extremos".

As grandes questões polêmicas, acrescentou, serão decididas no plenário, para onde o projeto elaborado por sua comissão deverá ser remetido em 40 dias. No entanto, disse, "são várias as contradições nos relatórios das oito comissões". Para Cabral, "houve até mesmo retrocesso no caso da reforma agrária, pois precisaríamos avançar um pouco e ficamos aquém do Estatuto da Terra".

De acordo com o deputado, chegou o momento, no Brasil, "de pensarmos que a função social da propriedade deve ser encarada com realidade". Ele considera porém que houve avanços na área social, e assegura que todas as conquistas serão garantidas até sua ida ao plenário.

Na Sistematização, equilíbrio de forças

Com 22 dos 93 membros da Comissão de Sistematização da Constituinte, o centro vai determinar, mais uma vez, se o anteprojeto de Constituição a ser ali aprovado terá um caráter conservador ou progressista: isso porque os dois grupos têm quase o mesmo número de representantes — 36 e 35, respectivamente. Como admitiu o relator adjunto, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), para onde o centro pender estará a vitória, e vai depender de competência a negociação para uma Constituição com avanços na ordem econômica.

Jobim disse que o Estatuto da Terra, aprovado em 1965, durante o governo do marechal Castelo Branco, fica à esquerda do projeto votado, no sbado passado, pela Comissão da Ordem Econômica. Segundo ele, a esquerda terá agora que negociar com o centro um projeto de ordem econômica que modifique essa situação.

Será uma "guerra das estrelas na Comissão de Sistematização, pois cada partido reservou os seus pesos-pesados políticos para essas cadeiras. Pelos conservadores, ali têm assento figuras como o líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS), o deputado José Lins (PFL-CE), que presidiu a Comissão da Ordem Econômica, o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), ligado à UDR, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Já os progressistas contam com Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Paulo Bisol (PMDB-RS), autor do relatório considerado o mais avançado das comissões, José Serra (PMDB-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS), Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE) e Haroldo Lima (PC do B-BA).

Estrelas — Mesmo impensado nesse choque de contrários, o centro conta também com suas estrelas, como o senador José Richa (PMDB-PR), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Milton Reis (PMDB-MG), Alcení Guerra (PFL-PR) e Darcy Pozza (PDS-RS).

No centro, houve surpreendentes revelações. Alcení presidiu a Subcomissão das Minorias, que aprovou um texto defendendo os índios e as minorias. Inconformado com isso, o presidente da Bombril publicou um artigo na revista *Veja*, dizendo que queria ser índio. A resposta de Alcení foi fulminante: telegrafou ao empresário dizendo que queria ser presidente da Bombril.

O deputado Darcy Pozza presidiu a Subcomissão dos Direitos Individuais, que aprovou um outro texto polêmico, no qual se proibia a discriminação por orientação sexual, beneficiando os homossexuais.

Já o deputado Mário Assad foi quem presidiu a Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, onde o PMDB temia sérios problemas por causa do conteúdo inovador do parecer do senador José Paulo Bisol. No fim, a votação foi uma das mais tranquilas nas comissões do fim de semana.

Em alguns casos, conservadores e progressistas também se estenderam sem maiores problemas. Foi o caso dos deputados Oscar Correa (PFL-MG) e Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), respectivamente, presidente e relator da Comissão da Organização dos Poderes. Os dois negociaram durante todo o tempo de votação. O resultado foi um mandato de cinco anos para Sarney que, em compensação, agora abre mão de boa parte de seus poderes para um primeiro-ministro, a partir de 15 de março do ano que vem.

Arquivo 5/11/84

Alcení Guerra

Comissão restringe debate a integrantes

Os 466 constituintes que não fazem parte da Comissão de Sistematização estão impedidos de apresentar questões de ordem e de participar dos debates. Terão direito apenas a um discurso de três minutos sobre as propostas que entrarem em votação, de acordo com o regimento interno da comissão, divulgado ontem. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em resposta a consulta do deputado José Genoíno (PT-SP), havia dito, porém, que "qualquer constituinte pode levantar questão de ordem".

Segundo o líder do PT, deputado Luís Ignácio da Silva, Lula, as restrições têm por finalidade agilizar os trabalhos da Sistematização, adiando os debates para quando o projeto for remetido ao plenário. Mas ele acha que a palavra de Ulysses deve prevalecer sobre as normas da comissão.

Também o líder do PCB, deputado Roberto Freire, disse que prefere ficar com a "palavra de Ulysses, mas a preocupação existe porque restringe os debates, o que não é bom". O mesmo pensa o vice-líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, que assinalou outra restrição no regimento: "a discussão pode ser encerrada depois de seis oradores usarem a palavra, três a favor e três contra, mesmo que um assunto não seja suficientemente discutido".

Emendas populares — O regimento da Sistematização prevê ainda o procedimento com relação às emendas populares, que deverão ser subscritas por 30 mil eleitores, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas. As propostas de iniciativa da sociedade só poderão ser apresentadas daqui a 30 dias, quando o projeto de Constituição estiver sendo discutido em plenário.

Essas emendas serão tidas como oficialmente recebidas 48 horas depois de protocoladas, quando for feita análise por amostragem da assinatura e dos dados que identifiquem um percentual confiável de signatários. Um dos signatários, a ser indicado quando a proposta for apresentada, poderá usar da palavra para discuti-la por 20 minutos.

País terá instituições mais fortes

João Gilberto

Para muitos, avançou-se pouco; há até quem diga que a Constituição de 67 é melhor... Para outros, já está demais, muita coisa pensada para um país irreal, não adaptável ao Brasil. Este, o rescaldo dos ensaios gerais que a Constituinte tem feito até agora, na tentativa de montar um projeto para ser discutido, emendado e votado.

Mas como está esse projeto? Impasses à parte, levando-se em conta que até agora tem havido medições de força, radicalizações pulverizadas e generalizadas, reunindo as peças diferentes elaboradas pelas comissões, tem-se um país interessante.

Se tudo o que está aí, por enquanto apenas para a montagem de um projeto, for realmente aprovado, as instituições brasileiras passarão a ser muito mais participativas. O instrumental a respeito é grande, desde a previsão de consultas na elaboração dos planos municipais, até a iniciativa legislativa para certo número de cidadãos, o mandado de segurança coletivo, o plebiscito, a inconstitucionalidade por omissão do poder público etc. O cidadão terá mecanismos mais eficientes para manifestar a sua opinião e para fazer valer a sua condição de cidadania. Os seus direitos estão acautelados e garantidos.

De outra parte, o Judiciário e o Legislativo revitalizam-se. A Justiça, pelo papel mais acentuado de velar pela Constituição e por ser acionada através de vários mecanismos em face da constitucionalidade ou não dos atos, leis e normas. Também, pela sua abertura na base e pela pluralização dos Tribunais Federais Regionais. O Legislativo passa a ser o poder central do ponto de vista político, através de um sistema de governo fortemente influenciado pelo Parlamentarismo da decisão em planos e obras. Suas comissões são apontadas como veículos de uma maior eficiência.

Os estados e municípios ganham novas atribuições e melhoram suas receitas, ainda não na proporção que desejavam. Ao lado dessa descentralização executória dos planos nacionais, há a nota que poderia ser referida como contraditória do robustecimento da União em áreas que o desenvolvi-

mento está exigindo. É o caso da competência federal para legislar sobre princípios gerais urbanísticos, diante do desafio das contradições da questão urbana hoje no país.

A gama de direitos sociais e trabalhistas previstos não nos inferioriza em relação a qualquer uma das nações desenvolvidas do mundo ocidental. Meio como se a "oitava economia" estivesse querendo também realizar a parte social dos demais integrantes desse seletto clube de nações, apesar das diferenças sociais tão graves. O combate à pobreza absoluta passa a ser um dos objetivos nacionais permanentes e a Constituição dá referências de caminhos e meios.

Na Ordem Econômica, são mantidos os pilares do atual tipo de sociedade: a propriedade, a livre empresa e outras regras. O Brasil urbano não analisou bem os seus problemas e sequer olhou com mais cuidado para o campo. Por enquanto, nesse assunto, fica como está, não existem mudanças importantes. E até para definir empresa nacional tem havido muita confusão; no atual texto, é aquela cujos proprietários majoritários, pessoas físicas ou jurídicas, tenham domicílio no país.

Um lado pouco lido desse conjunto de esboços para um projeto de Constituição, e a leitura tem sido pequena de tudo o que a Constituinte tem feito, é aquele que se refere à redescoberta do Brasil como Nação pluriétnica, multirracial, saltando fora do padrão cultural definido. Aqui os constituintes têm ido fundo na questão. As culturas indígenas e negra são recuperadas, a História oficial brasileira não mais será apenas a de saga do português, mas a de todos os povos que compuseram sua etnia. Direitos dos negros, dos índios, das mulheres, das minorias étnicas, dos deficientes, são contemplados de forma interessante. É uma visão nova que enfrenta durante a discriminação e que prevê o Poder Público desenvolvendo programas compensatórios e de preferência àqueles que sofreram marginalização ou preterição.

Enfim, nas pugnas duras de semanas de trabalho, o novo ainda sobrevive. Derrotas e vitórias são compatibilizadas para cada grupo de pensamento. Por enquanto, não se buscou ainda a Constituição dos 130 milhões de brasileiros, mas uma afirmação de diferenças — algumas fundamentais, outras de detalhe. O clima pesado do último fim de semana precisa ser desfeito.

João Gilberto Lucas Coelho, 42 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília.